

**BASTA DE
JUIZOS-FARSA
DA AUDIÊNCIA
NACIONAL.
EDU
LIBERDADE!**



O próximo 25 de Setembro vai ter lugar em Madrid um novo julgamento da Audiência Nacional contra o independentismo galego. Ainda não concluído o processo judicial de junho contra quatro militantes independentistas, acusados de ter uma relação direta com diferentes sabotagens que, desde há mais de uma década, levam produzindo-se na Galiza como expressão armada da resistência à opressão nacional e social de que é vítima o nosso povo e no que o Estado tenta aplicar no nosso país um novo modelo repressivo desproporcionado, copiado do utilizado para a luta de libertação nacional basca, o estado tenta já conseguir um dos seus principais objetivos desta mudança, o incremento desorbitado das penas que os militantes independentistas galegos enfrentem na prisão. Sobre Eduardo Vigo já pesava uma petição de 20 anos ao que agora se somam outros 8, completando uma petição de 28 anos de prisão para um rebelde galego ao que não se lhe acusa de nenhuma ação de sabotagem concreta. Na data do julgamento Eduardo levará 23 meses dispersado em diferentes prisões do estado, grande parte destes em regime de incomunicação e isolamento e a mais de 1000Km da Galiza, castigo engadido para as suas familiares e amizades.

Este é mais um julgamento farsa onde os indícios que som de por si muito fracos marcam a totalidade do julgamento, sem nada que possa nem sequer parecer prova acusatória. Eduardo Vigo enfrentará uma petição de 8 anos de prisão sob acusação de “confeição de aparato explosivo com finalidade terrorista”. O 14 de dezembro de 2007 a Guardia Civil capturava dois jovens galegos na vila de Porto Doçom em posse de um artefato explosivo, motivo pelo que estes dois jovens passaram 4 anos em prisão, hoje já em liberdade. É este artefato o que, para a fiscalia, teria elaborado o Edu, baixo o indício de ter atropado na casa de um dos detidos em 2007 e amigo do atual acusado, uma luva com o seu ADN. Esta acusação contradiz as próprias argumentações da fiscalia no julgamento de junho nas que afirmava a existência de um “organograma terrorista” com funções muito claras dos seus integrantes e segundo as quais Eduardo Vigo não seria o encarregado de elaboração de explosivos. A ficção desta teoria da fiscalia não nos impede mostrar as suas próprias contradições e assim exemplificar o caráter farsa de ambos processos onde o que importa a Espanha são os seus objetivos políticos e não a justiça de um suposto estado de direito, chegando-nos assim, passo a passo, a uma aplicação mais estrita do direito penal do inimigo.

A explicação a esta contradição encontra-se num Estado Espanhol instável e ameaçado por natureza, que protege com muito maior rigor a sua integridade e o seu ordenamento jurídico-político do que os direitos e a liberdade das pessoas e dos povos. É por isto que o do 25 de setembro é mais um processo de caráter nitidamente político. Porque o que se quer proteger com a mobilização dos tribunais especiais e a imposição de condenas excepcionais é a viabilidade e a continuidade do projeto espanhol na Galiza.

Estamos ante uma das consequências da mudança repressiva que o estado está a aplicar na Galiza. Como dizíamos respeito ao julgamento de junho de 2013 na Audiência Nacional, o principal objetivo do estado com esta mudança, para além da intensificação da estratégia do medo e a criminalização, é fazer que as pessoas que praticam a resistência armada recebam um castigo desproporcionado para tentar que ninguém volte a considerar a possibilidade de abandonar as formas de luta delineadas e toleradas por Espanha.

É nesta mudança repressiva onde melhor se condensa na Galiza, a atual retirada de máscaras democráticas da essência fascista que nunca deixou de ser cerne da Espanha Bourbónica. Dureza extrema, incluindo a volta das torturas, contra os movimentos revolucionários; maior intensidade da repressão a todos os níveis e expansão a todos os setores sociais a dia de hoje mobilizados incluindo um controle social que já deixa desfasados a maioria de livros e filmes de ficção como 1984 (Orwell). Um fascismo que já não tenta nem ser politicamente correcto: mentiras a todas horas do presidente do governo, passeos com narcotraficantes, ou as recentes palavras do alcaide de Baralha apoiando as execuções do franquismo entre 1936 e 1975.

O do 25 de setembro é um julgamento de carácter político porque, o que a fiscalia persegue, não é sancionar pessoas concretas por infringir o Código Penal, mas semear o medo sobre uma geração na que ainda floresce a insubmissão às políticas económicas, sociais e culturais com que Madrid quer acabar com a nossa terra e o nosso povo. Se o inimigo quer falar de terror, falemos dum país no que cada vez mais gente vive na incerteza de não saber se amanhã poderá pagar a vivenda e o alimento, e no que cada ano se consomem mais de sete milhões de caixas de ansiolíticos e antidepressivos. Se Espanha quer falar de violência, saquemos à luz o roubo das caixas aos aforradores galegos, o despejo de milhares de famílias graças à entente de políticos, polícia, juizes e banqueiros; a impunidade dos corpos repressivos reiteradamente denunciados por todo organismo de defesa dos direitos humanos que existir no mundo; ou o complexo, a vergonha e a indefesa induzida nas nossas crianças para que nunca mais se volva falar galego. E, se pretendem falar de explosivos, falemos dos que utilizam as indústrias da construção ou da minaria para fazer estourar a nossa terra em mil anacos, acabando para sempre com a fertilidade dum território que, podendo dar de comer a todo um povo, é convertido em comida rápida para especuladores.

Sabemos que o objetivo essencial da repressão é provocar o medo e a parálise. Sendo assim, o objetivo fundamental do movimento solidário tem que ser exatamente o contrário. Expliquemos que, o do 25, não é um julgamento só contra o acusado, mas também contra todas aquelas galegas e galegos que não se resignam a lambem docilmente os pés de quem os maltrata. Aunemos todas as forças e visons em defesa de Edu. Façamos deste julgamento um sintoma de vivermos num país oprimido por um reino sem democracia.

Desde Ceivar estamos convencidos de que **a nossa solidariedade é imparável** e por isto sabemos que o estado não vai conseguir seus objetivos involutivos, a nossa unidade frente a repressão como país e como classe é a máxima garantia. O início com estes julgamentos de dinâmicas antirepressivas sólidas, amplas e plurais é ponto de partida para uma unidade que fará tremer aos inquisidores do presente. Durante todo este mês celebraram-se assembleias abertas para levar avante intensas campanhas solidárias por todo o país. A resposta pode e deve ser grande e plural pois todas e todos desde os nossos âmbitos podemos aportar para que nenhuma agressão fique sem resposta.